

O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO COMO IDEOLOGIA NO ISEB

Helio Cannone¹

1.Introdução

Este trabalho pretende-se um ponto de inflexão na agenda de pesquisa de seu autor. Em nossa dissertação de Mestrado, trabalhamos a relação entre História e Política na obra de três intelectuais do ISEB. No doutorado, pretendemos estudar as disputas sobre o conceito de desenvolvimento entre 1955-1964. Estudariamos a princípio, o IPES, a ESG e o ISEB, tendo como hipótese de que a ideologia, enquanto conceito mediador da política e da cultura, definiria a concepção de desenvolvimento destes três *think tanks*. Retornamos, então ao ISEB neste trabalho afim de verificar a concepção de desenvolvimento em três dos seus principais autores. Para tal, optaremos por analisar as obras publicadas pelos autores enquanto atuaram no instituto. A ordem dos da exposição ambiciona demonstrar a progressiva radicalização da instituição. Por isso, primeiro trataremos da obra de Hélio Jaguaribe, importante fundador e formulador de ideias do instituto. Em seguida, o objeto será os textos de Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo que se reivindicava de esquerda, e que posteriormente assumiu o cargo de deputado pelo PTB. Diferente do primeiro autor, Guerreiro Ramos era defensor da participação do povo no processo de desenvolvimento nacional. Por último, analisaremos a produção iseabiana de Nelson Werneck Sodré, autor marxista que, na fase final do ISEB, vinculou as teses do instituto à defesa das reformas de base de João Goulart. O fim intencionado era realizar uma revolução burguesa no país que permitisse a longo prazo o socialismo e o comunismo.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi uma importante instituição ligada ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 1955 durante o governo Café Filho e fechado em 1964 após o golpe militar. A partir de 1952, um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo começou a se reunir no Parque de Itatiaia. As diferenças teóricas entre os dois fez com que em 1953 os cariocas formassem o Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia (IBESP). Em 1955, decidiu-se criar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) para orientar a política no sentido da ideologia nacional-desenvolvimentista. O ISEB se organizava por cátedras de Ciência Política, Economia, Filosofia, História Universal, História do Brasil e Sociologia. Os autores que estudaremos neste trabalho foram aqueles que,

¹ Bacharel e Licenciado em História pela PUC-Rio, Mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ e Doutorando em Ciência Política na mesma instituição.

dentro do ISEB, mais recorreram à História como forma de dar insumo para compreender as mudanças as quais eles julgavam necessárias para o Brasil se desenvolver. Para fins de recorte, privilegiaremos propriamente livros dos autores nos quais suas ideias pareciam melhor sistematizadas. Por vezes, recorreremos a livros e demais textos publicados antes ou depois da saída de um respectivo autor do instituto.

Uma breve contextualização da conjuntura política e econômica do período ajuda também a entender o espaço de experiências e o horizonte de expectativas dos intelectuais do ISEB. Após revolução de 1930, o Brasil começou um processo mais latente de desenvolvimento a partir do Estado, com centralização política e econômica sob o executivo. Nos governos Café Filho e Juscelino Kubitschek a economia é aberta para o capital privado. Na República de 1946 formaram-se partidos políticos nacionais que tinham visões distintas dos rumos da economia e de sua gestão política. Dentre os partidos que se mantiveram na legalidade², a maior oposição acontecia entre a União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A primeira se definia como partido liberal e, portanto, era contra um Estado forte e a intervenção do mesmo na economia. O segundo era herdeiro da tradição de Vargas e defendia o simétrico oposto. Tal como chama atenção Sonia Mendonça (1988), o nível de internacionalização e financeirização da economia brasileira era muito baixo no período, o que tornava muitas das ideias defendidas pelo PTB e pelos outros nacionalistas – como os que compunham o ISEB – viáveis.

2. Concepções teórico-metodológicas

Quentin Skinner (1969) chama atenção para o aspecto da linguagem como performance. A partir desta perspectiva, fica compreensível que os intelectuais do ISEB, quando escreveram, buscaram agir na realidade para alterá-la. Eles se inseriam em um debate sobre desenvolvimento no Brasil que, segundo Ricardo Bielschowsky (2004), estava longe de ser consensual. Também eram desenvolvimentistas os intelectuais em torno da Escola Superior de Guerra (ESG) e liberais como Roberto Campos. A partir de um certo ponto de vista e indicando uma direção, o ISEB disputa a polissemia do conceito de desenvolvimento colocada em sua época.

² Embora mantido na ilegalidade na maior parte da República de 1946, o PCB também é relevante para discussão sobre política e desenvolvimento no Brasil. Este aspecto será melhor visto no quarto capítulo deste trabalho.

De acordo com Christian Lynch (2013), existem duas correntes que marcam a tradição do pensamento político brasileiro. A primeira seria a cosmopolita, hegemônica entre 1880 e 1930. De caráter universalista, esta corrente estava preocupada em enquadrar o Brasil em uma filosofia da história geral segundo a qual o país estava atrasado em relação à Europa, embora todos tendessem para uma mesma direção. Segundo o mesmo autor, as guerras mundiais teriam sido responsáveis por mudar a hegemonia para a segunda corrente. Nas palavras de Christian Lynch:

O advento de um paradigma cultural nacionalista entre as duas guerras mundiais desencadeou no subcontinente uma mudança importante no modo de conceber o lugar dos países periféricos no mundo e de aferir a qualidade da sua produção cultural. A crítica às concepções evolucionistas unilineares que haviam predominado sob o paradigma cosmopolita permitia identificar a singularidade da cultura de cada nacionalidade. Essa crítica matizava a crença na universalidade dos modelos, avançando, em seu lugar, a tese de que cada país possuía uma trajetória própria; que não havia linearidade, mas pluralidade das linhas de evolução nacional. Por outro lado, a singularidade da trajetória de cada país se refletia na especificidade de sua cultura, que ganhava também, ao menos potencialmente, o selo de “originalidade. (LYNCH, 2013, p. 745)

Wanderley Guilherme dos Santos (1970), em artigo sobre a imaginação política brasileira, apresenta a dicotomia entre um Brasil agrário e um Brasil industrial que já existiria desde a Primeira República e se intensificou nos anos 1930. Segundo o autor, a revolução de 30 teria sido um “divisor de águas” (1970, p. 20) no pensamento político brasileiro. A partir de tal evento começaram a ganhar força pautas características do nacionalismo, como o dualismo entre os dois Brasis, a busca de singularidades do país e a crítica a tentativas de transplantação mecânica de ideias estrangeiras. Isso se demonstraria pela publicação de livros preocupados com a formação nacional e com a compreensão das particularidades brasileiras. Alguns exemplos seriam *Casa grande & senzala* de Gilberto Freyre, *Aventura política do Brasil* de Azevedo Amaral, *Brasil errado* de Martins de Almeida, entre tantos outros. Wanderley Guilherme dos Santos (1970) entende que nos anos 1950 essas pautas vão se intensificar ainda mais com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Christian Lynch (2013) segue na mesma direção e coloca o ISEB entre o nacionalismo conservador do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e o cosmopolitismo cientificista da Universidade de São Paulo (USP).

Na “Cartografia do Pensamento Político Brasileiro”, Christian Lynch (2016) explica o que compõe o estilo periférico de redação, característico das produções nacionais. Para ele, o fato dos autores do pensamento político brasileiro se enxergarem como habitantes de uma periferia atrasada deu ao conjunto dos seus textos conformação estilística e temática específica. As elites brasileiras teriam internalizado os pressupostos europeus de um processo histórico evolucionista, onde o Brasil estaria atrasado em relação ao centro. Afirma Lynch:

Em decorrência disso, o eixo temático do PPB gira basicamente em torno do diagnóstico do atraso, da barbárie, do retardo ou do subdesenvolvimento nacional e do imperativo do progresso, da civilização, da evolução ou do desenvolvimento, meios conducentes à transformação das estruturas herdadas da colonização para alcançar a modernidade Centrica. (LYNCH, 2016, p. 83)

O fato de não se virem como pertencentes à civilização produtora de filosofia e de universalismos teria feito com que os pensadores brasileiros escrevessem de forma menos abstrata e menos teórica. Portanto, o “estilo periférico” teria menor grau de generalização e maior sentido prático. Somar-se-ia a isto uma visão negativa do passado e positiva do futuro, na qual o primeiro é percebido como a época na qual teriam surgido os problemas que precisariam ser superados. Já o segundo seria “[...] o lugar da redenção nacional, a se alcançar pelo progresso, pela civilização, pela evolução, pela modernização, pelo desenvolvimento”. (LYNCH, 2016, p. 85)

O estilo periférico também se caracterizaria pelo que o autor nomeia de “pedagogismo” (LYNCH, 2016, p. 86). Isso significa que estes autores acreditariam ser imprescindível educar as elites e as massas na cultura necessária para a vida social e para a transformação política almejadas. Consequentemente, é comum aos textos do pensamento político brasileiro a intenção de influenciar o processo político:

No fundo, todas ou quase todas as obras canônicas do PPB pretenderam influenciar o processo político. Refletiram o dilema insolúvel da ciência política: ser entendida como uma disciplina aplicada, voltada para a resolução de determinados fins práticos, ou uma disciplina pura, que descrevesse o fenômeno político independentemente de comprometimento com valores (Gunnell, 1993, p. 5). O que as distingue a esse respeito, portanto, é uma questão de grau: algumas se acharam mais voltadas para a intervenção do que outras, que se detiveram mais na descrição da realidade. Por esse motivo, apenas em sentido aproximado será possível aqui classificar

as principais obras do PPB como mais normativas ou pragmáticas do que desinteressadas ou científicas. (LYNCH, 2016, p. 87)

Na história do pensamento político brasileiro, o ISEB estaria no influxo do movimento iniciado de década de 1920. Neste período, a questão nacional seria retomada como forma de fortalecer o país contra ameaças externas. Alberto Torres e Oliveira Viana são postos por Christian Lynch (2016) como os maiores representantes desta fase. Já Celso Furtado seria responsável por inserir a CEPAL na discussão depois da Segunda Guerra Mundial

3.O desenvolvimentismo de Helio Jaguaribe

Hélio Jaguaribe nasceu em 1923 e se formou em Direito pela PUC-Rio. Sua família era dona da Cia de Ferro e aço de Vitória. Ele foi chefe da cadeira de Ciência Política do ISEB até 1959, quando se retirou do Instituto. Suas obras, publicadas enquanto atuou na instituição, são anteriores às de seus colegas Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré. Torna-se possível, então, levantar a hipótese de que Jaguaribe montou um aparato teórico de insumo histórico para entender e propor mudanças para o Brasil e este foi adotado pelos outros dois autores. Esta parte do trabalho irá analisar as formulações do autor sobre as questões endógenas do país e como ele pretende superar os seus problemas. Em *O Nacionalismo na Atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b), o autor se dedica diretamente à análise da questão nacional no Brasil a partir de um aparato teórico-metodológico historicista.

A obra consiste em uma organização dialética das ideias. Hélio Jaguaribe perpassa o livro inteiro apresentando teses, suas antíteses e no final de cada parte uma superação de ambas, a título de buscar a adequação das ideias às necessidades do momento histórico. Assim, na narrativa que o autor constrói, o Brasil se dividiria politicamente entre nacionalistas e entreguistas (ou cosmopolitas), admitindo que as duas definições seriam vagas e englobariam muitas diferenças. Nacionalismo poderia ser desde a extrema direita fascistas à extrema esquerda comunista. Ele se definiria pela negação de certas políticas, como a inserção do capital estrangeiro na exploração de recursos naturais e pela afirmação de outras, como monopólio do Estado na exploração destes. O entreguismo é definido como a opinião oposta disso. Jaguaribe entende que o nacionalismo teria surgido antes de sua formulação teórica, como resposta aos problemas estruturais do Brasil. Porém, se ele não fornecesse a si mesmo formulação racional iria desaparecer com o tempo. Seria preciso dar a tal corrente formulação

sistemática, que tornasse seus defensores cientes do papel histórico que precisariam cumprir. *O Nacionalismo na Atualidade brasileira* (JAGUARIBE, 1958b) foi uma tentativa de cumprir esta missão.

Enquanto fenômeno histórico-social, o nacionalismo surgiria do choque de condições objetivas com condições subjetivas. As primeiras seriam de ordem histórica (estabelecimento de uma Cultura ocidental a partir do Renascimento), sociais (como forma de organização de uma comunidade) e geográficas (fixação territorial). Já as condições subjetivas são de ordem cultural: cosmovisão, linguagem, arte, instituições e tecnologia. A Nação se constituiria como tal quando, dadas algumas condições objetivas, o fator subjetivo agregaria a formulação de um projeto de integração nacional. Sem ele uma nação no sentido histórico não se torna uma nação no sentido político. O nacionalismo seria aspiração fundadora e preservadora da nacionalidade que, dada as condições objetivas para tal, se constitui como projeto nacional. No sentido que Ortega y Gasset (s.d.) dá ao termo, a Nação e o nacionalismo surgiriam no pensamento de Hélio Jaguaribe como crenças coletivas.

Segundo o autor, haveria duas formas de Nacionalismo. O primeiro seria integrador, próprio da fase em que o Brasil se encontraria. O segundo seria o imperialista, fenômeno de países cêntricos, cujo o desenvolvimento econômico e cultural extravasou o território da nação. Tal como teria ocorrido na Europa desde a Idade Moderna até o Século XIX, o fim do nacionalismo seria realizar um modelo de humanidade via integração político jurídica. O fim almejado com isto seria assegurar os interesses econômicos e de defesa de comunidades portadoras de condições objetivas de solidariedade. Nas palavras do autor:

Basicamente, portanto, o projeto nacionalista é algo que, fundado na necessidade de assegurar, mediante um adequado ordenamento político-jurídico, as comuns necessidades econômicas e de defesa, unifica, em dado território comunidades vinculadas pelos mesmos laços histórico-culturais. (JAGUARIBE, 1958b, p. 29)

A configuração nacional brasileira só teria sido possível a partir de 1930. Os movimentos políticos da independência e da república são vistos por Hélio Jaguaribe como meras alterações superestruturais. As transformações econômico-sociais que, desde a abolição teriam começado a criar um mercado interno e a conseqüente industrialização do país mereceriam maior destaque. Nos anos seguintes, acontecimentos externos como as guerras mundiais e a crise de 1929 teriam forçado o Brasil a voltar-se para si.

Jaguaribe junta o desenvolvimento da economia com as lutas ideológicas internas. Então, apresenta que a divergência entre nacionalistas e entreguistas (ou cosmopolitas) teria a ver com a manutenção do antigo regime produtivo do Brasil. Estes últimos favoreceriam ideias cosmopolitas e defenderiam as políticas econômicas liberais presentes no Império e na República. Como antítese desta posição, os primeiros prefeririam um dirigismo que favorecesse a industrialização, com políticas protecionistas e de transferência de renda, buscando a soberania nacional. Embora não disfarce sua preferência pelo nacionalismo, o autor queria, acima de tudo, superar as duas correntes. Quando estudou a história da gestão econômica do Brasil, ele reconheceu excesso dos dois lados. A busca de Hélio Jaguaribe pela síntese das ideologias autóctones, o fez concluir que o problema estaria no fato de que o cosmopolitismo subestimaria a capacidade nacional de investimentos e o nacionalismo pecaria pelo oposto. A síntese estaria no equilíbrio.

A Composição social dos dois grupos também seria distinta. O nacionalismo seria integrado pela burguesia industrial, pelo proletariado e pela *intelligentsia* da classe média. O primeiro é visto por Hélio Jaguaribe como o setor “[...] mais dinâmico[...]” (JAGUARIBE, 1958b, p 35), capaz de encaminhar a industrialização. Com ela, o segundo, se beneficiaria da ampliação de seu consumo, enquanto o terceiro ocuparia cargos técnicos e administrativos que surgiriam. Já o cosmopolitismo seria composto pela burguesia latifundiária e mercantil, setor que foi dominante enquanto perduraram as condições semicoloniais e subdesenvolvidas do Império e da República Velha, e pela parcela da classe média que compunha o setor terciário parasitário, patrocinado pela Estado Cartorial via empregos públicos de baixa funcionalidade.

Tal estrutura de Estado seria responsável por “[...] ser o instrumento de manutenção de uma estrutura econômico-social fundada numa economia primária de exportação e nos privilégios de classe a ela correlatos.” (JAGUARIBE, 195b, p. 41). Logo, esse modelo de Estado seria inadequado para as exigências do desenvolvimento. A união entre burguesia e a classe média para perpetuarem seus privilégios via Estado Cartorial levaria ao aumento do déficit do orçamento público, o que seria incompatível com o desenvolvimento. A burguesia conservaria processos produtivos obsoletos que manteriam baixa a produtividade, bem como sistemas comerciais e financeiros especulativos, que agravariam a inflação. A contradição fundamental do nacionalismo seria a de ambicionar promover o desenvolvimento sem combater a política de clientela e o Estado Cartorial. A forma racional e integrada de

soberania seria incompatível com esse modelo de Estado. Os serviços públicos deveriam ser organizados para atender as exigências públicas de forma eficiente, não para promover empregos e favores.

O autor não nega a existência de conflitos sociais no Brasil. Contudo, estes não se dariam entre as classes, mas entre setores internos dinâmicos e estáticos das mesmas. Não haveria, portanto, luta de classes, mas de estrutura faseológica. Nesta modalidade de conflito, a tensão se daria entre aqueles acomodados no seu momento histórico e os obsoletos. Porém, Jaguaribe não se priva de otimismo, para ele, a maior conquista da época seria o fato de que o homem estaria adquirindo consciência do seu lugar no processo histórico. Dado este acontecimento, a ideologia nacionalista já teria condições para emergir como instrumento de superação do atraso brasileiro:

Somente a partir da compreensão faseológica dos fenômenos sociais e das investigações da sociologia do conhecimento sobre o sentido das ideologias é que foi possível, no entanto, converter em projeto socialmente deliberado o processo do desenvolvimento econômico-social. (JAGUARIBE, 1958b, p 51)

O nacionalismo seria um movimento que pretenderia racionalizar e acelerar o desenvolvimento do país, por sua vez, sua promoção deveria ser objetivo ideológico de todas as classes sociais no Brasil, salvo as parcelas vinculadas às estruturas semicoloniais. O que Hélio Jaguaribe defende não é um nacionalismo em si mesmo, mas um nacionalismo pragmático, que deveria cumprir o papel de ideologia e estabelecer-se como crença coletiva: “O nacionalismo, como se viu, não é imposição de nossas peculiaridades, nem simples expressão de características nacionais. É, ao contrário, um meio para atingir um fim: o desenvolvimento.” (JAGUARIBE, 1958b, p. 52).

Compreende-se o nacionalismo como uma ideologia destinada a cumprir uma missão na fase histórica em que se encontrava o Brasil. Na medida em que o desenvolvimento econômico-social tivesse lugar, ele tenderia a desaparecer, A afirmação da Nação serviria como antítese da imposição da condição periférica e subdesenvolvida para o Brasil. Longe de uma noção essencialista ou estática, o nacionalismo defendido por Hélio Jaguaribe era historicamente transitório:

Paradoxalmente, o nacionalismo é antinativista e antifolclórico. Não significa isso o repúdio cultural às nossas tradições nem a perda de sensibilidade para as contribuições da arte popular. Significa, apenas, que tais contribuições irão passando da vida para o museu, que nós as incorporamos como compreensão do passado e não como formas aprisionadoras de nosso devenir. (JAGUARIBE, 1958b, p. 55)

Segundo a análise de *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (JAGUARIBE, 1958a), o processo de desenvolvimento que o Brasil passou desde 1930 teria sido responsável por gerar uma mudança na sua estrutura social. De uma classe dirigente de latifundiários com relação predatória e especulativa com a terra, passou-se a uma burguesia diversificada, com setores industriais e preocupados com o mercado interno. Formou-se também o proletariado e uma classe média diversificada. Esta última, teria deixado de se empregar apenas no funcionalismo público para ocupar também cargos técnicos e administrativos nos novos empreendimentos que surgiram.

No entanto, este processo econômico e social não teria evolução política correspondente. A estrutura do Estado brasileiro seria basicamente a mesma de antes de 1930, o que dele faria um “Estado Cartorial” (JAGUARIBE, 1958a, p. 51). O autor define tal conceito da seguinte maneira:

Estado Cartorial é o Estado que resulta de uma situação em que o jogo do poder se faz em termo de política de clientela. A política de clientela, por sua vez, consiste no processo pelo qual se constitui o poder, uma comunidade em que existe um grupo detentor dos meios de produção rural, que são os latifundiários, apoiado por um grupo mercantil dos centros urbanos e em torno dos quais gira necessariamente toda a possibilidade de emprego, toda a possibilidade de concessão de favores, de sorte que as clientelas se organizam em forma piramidal, através de contratos tácitos ou relações semelhantes, para assegurar uma composição política correspondente a essa mesma composição econômica. (JAGUARIBE, 1958a, p. 51)

Nesta fase do Brasil, haveria um desarranjo entre o econômico-social e a estrutura do Estado-nacional. Este seria responsável por conservar uma contradição: a classe industrial teria a propensão de assumir o comando do processo econômico e social, mas o Estado brasileiro era de tipo agrário, dominado por coronéis que conservavam um poder excessivo.

A manutenção do Estado Cartorial se deveria, em partes, ao fato de que as classes no Brasil seriam vítimas de uma confusão ideológica geral. O Proletariado seria vítima de

equivocos que o levariam ao assistencialismo e o culto de um líder carismático. No entanto, o que ele necessitaria de fato seria a expansão do desenvolvimento econômico, pois é a baixa produtividade que não permite a remuneração adequada da classe.

Já a Classe média, era seduzida por movimentos moralistas como o lacerdismo³. Para Jaguaribe, este tipo de norma de conduta cultivada pela classe média seria próprio do meio rural, devendo tornar-se ultrapassado na fase em que o Brasil estaria. O autor compreendia que a classe média não queria perder privilégios e nem símbolos de diferenciação social que permitissem seu contraste em relação aos proletários. Nas palavras do autor:

E cultiva preconceitos anti-industriais e anti-proletários, parcialmente motivados pelo fato de que na evolução de uma sociedade agro-pastoril para uma sociedade industrial, tendem a desaparecer as pequenas sutilezas da hierarquia social, em torno do qual tanto se aferra a classe média. (JAGUARIBE, 1958a, p. 54)

O que de fato a classe média necessitaria é do desenvolvimento. Com o incremento de parques industriais ela seria empregada em cargos técnicos e administrativos, o que permitiria, inclusive, o acesso de mais pessoas ao lugar da pequena burguesia. Isso também retiraria a classe média do lugar marginal que teria em seu país. Com a industrialização, a classe média poderia se inserir de fato no processo produtivo, enquanto em uma sociedade agrária permaneceria sem lugar.

A burguesia recebeu atenção especial do autor. Seu problema estaria no fato de que seu setor mercantil continuaria na liderança. Quando o interesse da burguesia industrial fosse atendido, o de todas as demais classes também seriam. Hélio Jaguaribe era leitor de Joseph Schumpeter (1961). Deste autor, ele retirou sua compressão de que o empresário capitalista é o ator responsável por trazer a inovação. Nas palavras de Schumpeter:

A ordem capitalista, da maneira como está materializada na instituição da empresa privada, prende eficientemente o capitalista ao seu trabalho” [...] O mesmo sistema que, em uma determinada época, condiciona os indivíduos e as famílias que formam a classe burguesa, seleciona também, ipso facto, os indivíduos e famílias que ascenderão nesta classe ou dela serão excluídos. Esta combinação de função estimuladora com função selecionadora não é absolutamente coisa simples. [...] “O homem que ascende, em primeiro lugar, à classe dos homens de negócio e, depois, dentro dela se mostra indivíduo capaz, ascenderá com toda a probabilidade até onde o puder levar sua capacidade, simplesmente porque, neste esquema, ascender a uma

³ O termo faz referência ao político Carlos Lacerda, que na época era da União Democrática Nacional.

posição e nela atuar bem é, ou sempre foi, de maneira geral a mesma coisa. Este fato, tão frequentemente obscurecido pela tentativa autoterapêutica dos fracassados para negá-lo, é muito mais importante para a apreciação da sociedade capitalista e da civilização que ela cria do que tudo que se possa recolher da teoria pura do sistema capitalista. (SCHUMPETER, 1961, p. 95)

Tanto Schumpeter quanto Jaguaribe compreendem uma divisão social entre classes dirigentes e dirigidas na qual cabe à primeira empreender para levar o desenvolvimento para as demais. Em ambos os autores quem cumpre este papel é o empresário capitalista, durante o processo de desenvolvimento, a relação entre as classes sociais precisaria ser de cooperação. O autor austríaco apresenta esta conclusão a partir de crítica que faz ao conceito de luta de classes de Karl Marx:

Para qualquer mente não deformada pelo hábito de orar pelo rosário marxista, deve ser evidente que a relação entre as classes, em tempos normais, é, principalmente, de cooperação e que qualquer teoria contrária deve basear-se, em grande parte, para verificação, em casos patológicos. Na vida social, antagonismo e colaboração apresentam-se juntos e são, de fato, inseparáveis, exceto em casos muito raros. (SCHUMPETER, 1961, p. 29)

Jaguaribe recepcionou estas ideias para o Brasil, adequando-nas à situação nacional. Para ele, haveria uma “Missão da Indústria nacional” (JAGUARIBE, 1958c, p. 55). Partindo do conceito de Ideologia tal como pensado por Karl Mannheim, Jaguaribe concluiu que a burguesia apresentaria as linhas de representatividade e de autenticidade do mesmo:

Pode-se chamar como representativa uma ideologia que efetivamente corresponde aos interesses situacionais do grupo de que ela é a expressão; pode-se chamar de autêntica a ideologia que realmente corresponde às necessidades da comunidade no momento dado. Ora, neste momento, aquilo de que realmente o país tem necessidade, que é a promoção do seu desenvolvimento econômico em termos de mobilização ótima dos fatores disponíveis no país, em função deste, é exatamente o que corresponde ao interesse da burguesia nacional. (JAGUARIBE, 1958a, p. 55 e 56)

O interesse da burguesia industrial representaria, portanto, o interesse de todas as classes: o desenvolvimento. Caberia a esta burguesia cumprir seu papel histórico de promover-lo. Isso deveria ser feito a partir da formulação de uma Ideologia não só representativa da burguesia, mas autêntica do Brasil, uma vez que estaria de em harmonia

com o interesse de todas as classes sociais. Angélica Lovatto (2010) elucida melhor este ponto:

No decorrer da análise do pensamento de Hélio Jaguaribe percebe-se claramente a reafirmação de que a representatividade e a autenticidade ideológica estavam presentes na burguesia industrial brasileira. Isso porque ela representaria o dinamismo econômico daquele momento, ou seja, a base moderna sobre a qual deveria se processar a reforma do Estado. Esta classe congregava todos os interesses situacionais e seria, por isso mesmo, a mais autêntica para conduzir, enquanto força dirigente, o desenvolvimento nacional. (LOVATTO, 2010, p. 104)

Hélio Jaguaribe acreditava que o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país seria alcançado via um processo de industrialização liderado pela burguesia. O resultado disto seria a ruptura do Brasil com todos os resquícios coloniais que o prenderiam, tornando-se autônomo em todos os campos. Recepcionando a obra de Ortega y Gasset (s.d.), Jaguaribe passou a enxergar não só o indivíduo, mas a própria nação como algo que se faz dentro de sua própria história.

4.O desenvolvimentismo de Alberto Guerreiro Ramos

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro na Bahia em 1915. Em 1942 se formou em Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro e no ano seguinte graduou-se pela Faculdade Nacional de Direito da mesma instituição. Nos anos de 1950 foi catedrático de Sociologia do ISEB e professor de Administração pública da Fundação Getúlio Vargas. Após sua saída do instituto, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), onde ocupou cadeira de deputado federal entre 1963 e 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro ato institucional após o golpe militar.⁴ Nos textos isebianos de Alberto Guerreiro Ramos encontram-se três pontos de crítica comuns aos de Hélio Jaguaribe, a problemática do latifúndio e da industrialização. No entanto, assim como seguirá fazendo Nelson Werneck Sodré, o povo, seu conteúdo e papel e a Revolução brasileira passam a ser elementos centrais para a concepção de desenvolvimento advogada.

Para o sociólogo, os altos níveis de saúde e bem-estar dos países industrializados seriam causados pelo desenvolvimento tecnológico. Na medida em que ele aumentaria, não só

⁴ Informações retiradas de: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/guerreiro_ramos

aumentaria junto a qualidade de vida de um país, mas também a qualidade política, razão pela qual o Brasil deveria almejá-lo. Porém, o latifúndio seria impedimento para o avanço da urbanização, atravancando o próprio país. Em *A dinâmica da sociedade política no Brasil*, Guerreiro Ramos (1995) traça uma breve história do papel político dos latifundiários brasileiros, partindo das suas categorias de classes ascendentes como progressistas, dominante como conservadoras (e reformistas) e classes em declínio como reacionárias. O autor interpreta os latifundiários como classe ascendente em 1822, quando teriam feito a independência e organizado o Estado. Desta data até 1930 eles eram classe dominante, tornando-se, após a revolução, em declínio. Haveria à época uma possibilidade de mudança: Estes inimigos comuns seriam justamente os latifundiários, contrários ao interesse de desenvolvimento da Indústria nacional. Assim como os demais intelectuais do ISEB, Guerreiro Ramos propôs uma coalizão entre diferentes setores da sociedade para permitir o desenvolvimento do Brasil.

Em 1930 teria se iniciado o declínio da burguesia do latifúndio mercantil como classe dominante, perdendo sua posição no centro do poder para a burguesia industrial. A manobra política que deu início ao Estado Novo em 1937 foi interpretada pelo autor como um ordenamento político-estatal de Vargas para conseguir orientar a produção para consumo interno sem grandes percalços. Isto porque seria preciso dar um sentido intervencionista ao Estado. Graças à ascensão do proletariado como força política nos anos 1930, estariam se fazendo possíveis as condições de dar fim à situação alienada do Brasil, via aliança de seus setores progressistas.

As referências à categoria Povo e suas potencialidades são abundantes na obra de Alberto Guerreiro Ramos, aparecendo mais na fase propriamente sociológica de sua produção. Sobretudo na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1995) e n' *A redução sociológica* (1996). No segundo livro, após afirmar que “A autoconsciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos” (RAMOS, 1996, p. 46), o autor advoga que em seu tempo o povo estaria formando esta consciência de si. Na sua definição: “A personalização histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levado a percepção dos fatores que o determina, o que equivale à aquisição de consciência crítica” (RAMOS, 1996, p. 47). O termo povo seria próprio em países periféricos para definir os habitantes de determinado território que, se entendendo como parte da mesma nação e

tomando consciência de sua condição de subalternidade em relação aos outros povos, buscariam superá-la.

Mesmo após a saída de Alberto Guerreiro Ramos do ISEB a referência ao povo que estava presente desde os anos 1950 na sua produção não desapareceu e foi ganhando conotação mais próxima das práxis políticas imediata. O sociólogo saiu do ISEB em 1958 e dois anos depois veio a se filiar ao Partido Trabalhista Brasileiro. Em conferência dada na Faculdade Nacional de Filosofia em 1959 de título *os Princípios do povo brasileiro*, o autor define povo como: “[...] um conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins.” (RAMOS, 1960, p. 228). Guerreiro Ramos partiu de um conceito genérico e foi procurar sua aplicação na história do Brasil. De modo semelhante ao feito por Oliveira Viana em *Populações meridionais do Brasil* (1952), ele diferenciou população e povo, uma vez que o segundo implicaria consciência.

Para o sociólogo, na independência não haveria povo, este começaria a se formar na república para ter seu ápice após a revolução de 1930, quando a massa de trabalhadores teria começado a ganhar consciência de seu papel. A tarefa que estaria colocada nos anos 1950 e 1960 seria a de liberta-se da condição colonial, tanto no domínio cultural quanto no econômico, para permitir o desenvolvimento das indústrias nacionais e de todos os seus frutos benéficos. Contudo, o povo precisaria de um condutor para dirigir o processo histórico-social. Esta vanguarda era, possivelmente, o Partido Trabalhista ao que o autor estava filiado. Análoga ao conceito de *intelligentsia* de Mannheim (1986), esta seria a que, informada pelos interesses do povo, daria direção ao processo nacional, o representando. Mas a ela caberia apenas coordenar o processo, sendo o povo o ator do desenvolvimento. Segundo o autor:

A emancipação econômica do país não será obtida, se o povo não exercer efetivamente a categoria que a história já lhe conferiu, de empresário principal do desenvolvimento, se não se fizer apelo à sua capacidade produtiva e não lhe for assegurado o controle ideológico da programação econômica. (RAMOS, 1960, p. 235)

Cinco princípios do trabalhador brasileiro foi publicado originalmente em 1959 no periódico *Vanguarda Popular*. Nele, Alberto Guerreiro Ramos (1960) aprofundou a sua associação entre trabalhadores e povo. Observando sua época, o autor afirmou que “Atualmente o povo se tornou no Brasil realidade histórica concreta. O povo é, para o

sociólogo brasileiro contemporâneo, a categoria cardinal de seu trabalho. O teste de validade de sua produção científica é aprovação popular.” (RAMOS, 1960, p. 260). Ele percebia não só a entrada do Brasil em uma fase histórica em que existiria povo, mas também ressaltava que a sociologia precisaria se aproximar e se pensar a partir dele.

No final do breve texto, ele descreveu os cinco princípios dos trabalhadores brasileiros, os quais teriam sido retirados de ideias já aceitas por líderes sindicais reunidos na Confederação Nacional da Indústria em novembro de 1958. Trabalhador e povo são entendidos como sinônimos. Nestes princípios, o trabalhador aparece como sócio do desenvolvimento nacional e como força política sem a qual um governo não mais se sustentaria. O autor previa uma relação direta entre planejamento econômico do Estado e interesse popular que vincularia diretamente a questão nacional com os interesses dos trabalhadores. Segundo Guerreiro Ramos “Os trabalhadores condenam toda forma de sectarismo e reconhecem que [...] devem ajustar as suas reivindicações aos imperativos da emancipação nacional” (RAMOS, 1960, p. 261). Ponto concluído no quinto e último princípio: “Os trabalhadores brasileiros só apoiam soluções nacionais dos problemas nacionais.” (RAMOS, 1960, p. 262).

Na definição do trabalhador como sócio — o que indicaria parceria — do desenvolvimento, assim como na condenação a sectarismos e a associação entre interesses nacionais e populares deduz-se o encontro das teses de Guerreiro Ramos com a dos demais isebianos. Para ele, também se faria necessária uma aliança política entre os setores interessados em soluções nacionais para o desenvolvimento do Brasil para que o processo se realizasse. Mesmo depois de sair do ISEB, Guerreiro Ramos ainda defendia um modelo de desenvolvimento — tido por ele como revolução — composto por uma frente ampla na qual os trabalhadores não fossem prejudicados pelos outros integrantes dela.

Alberto Guerreiro Ramos dedicou obra inteira ao tema da Revolução brasileira. Em *Mito e Verdade da Revolução brasileira* (1963), ele apresenta o marxismo como uma teoria emprestada, que não seria condizente com a realidade brasileira por não ter sido feita para pensá-la. Esta corrente de pensamento seria, portanto, ameaça ao desenvolvimento nacional. O sociólogo justificou no livro sua saída do ISEB pelo fato de o instituto ter sido envolvido por estas ideias. Embora reconhecesse as contribuições de Marx para o entendimento da História e de seu desencadear, Guerreiro Ramos não alinhou a revolução brasileira ao paradigma marxista de compreensão do conceito. Para o autor, o filósofo alemão teria

contribuído com a teoria da revolução ao submetê-la a análise científica e por isso teria percebido que o elemento objetivo se sobreporia ao subjetivo, permitindo que se compreendesse a revolução como expressão de uma realidade histórica e social. Lenin, após Marx, viria a contribuir para a teoria ao propor uma forma de organizar o elemento subjetivo. Amarrando estas ideias, Guerreiro Ramos arranhou o seu conceito:

[...] revolução é o movimento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizão de classes, em nomes dos interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários. (RAMOS, 1963, p. 30).

Para o autor, a revolução seria a substituição das classes que estão no poder por outras, a partir das leituras das condições objetivas que se apresentariam em determinado momento histórico. Não existiriam etapas a serem seguidas, a revolução brasileira não seria uma revolução burguesa em termos marxistas, mas um processo constituído por elementos burgueses e trabalhadores, unidos pela defesa do interesse nacional. No juízo do sociólogo seria “[...] anacrônico o clássico modelo marxista de revolução, segundo o qual cada sociedade teria de percorrer, um após outro, os diferentes modos de produção até chegar ao socialismo”. (RAMOS, 1963, p. 44).

Embora fosse crítico da internacionalização proposta pelo marxismo de seu entendimento da história através de etapas, Alberto Guerreiro Ramos não deixou de elogiar um aspecto da revolução russa: ela teria sido a revolução que a Rússia precisaria naquele momento de sua História. Lenin e seus correligionários teriam lido bem as condições objetivas de seu país e dela derivado uma teoria da ação que teria sido responsável por superar os problemas que se apresentavam no país. A revolução brasileira deveria ser o mesmo, mas no Brasil, buscando, assim, solucionar seus problemas específicos. Ela viria a cumprir o papel de submeter a direção da economia nacional ao Estado, que por sua vez canalizaria o desenvolvimento para o interesse dos trabalhadores. A revolução nacional necessária não precisaria passar por um estágio de amadurecimento do capitalismo, pode substituí-lo por um socialismo de tipo estatal, afinal a história seria “[...] rebelde à teoria” (RAMOS, 196, p. 68). Advoga o autor:

A História não confirmou a hipótese de que o socialismo surgiria, de início, nos países de capitalismo maduro. [...] O socialismo assume cada vez mais, em nossa época, feição de método político e econômico, adequado para promover o desenvolvimento acelerado de nações onde o capitalismo ou não chegou a medrar, ou se encontra em condições ainda rudimentares (RAMOS, 1963, p. 73).

5.O desenvolvimentismo de Nelson Werneck Sodré

Nelson Werneck Sodré nasceu em 1911 no Rio de Janeiro, formou-se em 1933 na Escola Militar de Realengo e na Escola do Comando e Estado-Maior do Exército em 1946. Em 1955 passou a atuar como professor de História do Brasil do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em 1962, tornou-se chefe da cadeira de História onde ficaria até o fechamento do instituto em 1964.⁵

Na obra de Nelson Werneck Sodré, a tese do Feudalismo brasileiro estava associada a seu projeto político. Tal como assinalado por Jorge Grespan (2006) e por Gildo Marçal Brandão (1997), a Declaração sobre política do PCB em 1958 expressa a mudança de orientação do partido, que passava então a defender o desenvolvimento capitalista no Brasil como forma de acabar com as relações de produção semifeudais que existiriam no campo. Nelson Werneck Sodré agregou a defesa feita pelo seu partido à discussão já existente sobre o latifúndio no pensamento político brasileiro.

Na interpretação do autor, o avanço das forças produtivas no Brasil não teria se seguido como na Europa, onde teria havido uma sequência evolutiva de modos de produção com maior nível de produtividade. O nosso país teria regredido a um modo de produção escravista, menos produtivo. Isto teria se dado por imposição do grande comércio, controlado pela metrópole. Com o advento da Revolução Industrial, a escravidão teria se tornado inadequada ao comércio mundial, que exigiria a ampliação de um mercado consumidor. Então, no final do Império, o fim do regime escravista teria representado a passagem para um regime feudal, pois a perda do mercado externo, causada pela pouca competitividade dos produtos agrícolas, teria levado ao isolamento comercial e condenado os produtores à atividade de subsistência. Para Sodré, o Brasil teria se tornado feudal na Primeira república, uma vez que o regime teria favorecido a divisão do país em feudos. Somente após a Revolução de 1930 que viria a se iniciar um processo de ruptura que levaria pessoas

5 Informações extraídas do verbete do Dicionário Histórico biográfico da Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre

dominadas por relações de semi-servidão à vida política. Nelson Werneck advogava que para o desenvolvimento capitalista e industrial ocorrer, seria preciso remover os resquícios do atraso conservador. Em termos marxistas, o Brasil precisaria de uma revolução burguesa.

Sodré desenvolveu o tema do feudalismo no Brasil em *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*⁶ (1963). Partindo do pressuposto de que as ideias estariam condicionadas ao avanço das forças produtivas em determinado momento histórico, o autor concluiu que o Brasil estaria finalmente na fase em que o nacionalismo se tornaria possível politicamente. Sodré apresenta três cortes para a História do Brasil⁷: Independência, República e Revolução brasileira. Na elaboração intelectual do autor, a história político-institucional brasileira seria expressão da etapa econômica que o país se encontraria. A colônia estaria ligada à revolução comercial, na qual toda produção seria para mercados externos. A Independência, por sua vez, seria reflexo da revolução industrial, que exigiria a ruptura do monopólio do comércio pela abertura de novos mercados proporcionada por esta mudança no modelo produtivo internacional.

Do império até a república a classe dominante continuaria sendo o senhor de terras. Na alteração de regime, o modo de produção teria deixado de ser escravista para ser feudal. O pequeno produtor estaria preso ao latifundiário e a política dos governadores seria o arranjo institucional que garantiria o poder dos senhores feudais brasileiros. A fase da Revolução brasileira teria se iniciado com a revolução de 1930, na qual a classe dominante se enfraquecera, a classe média se tornara forte e a classe trabalhadora estaria entrando na vida política.

A última fase ainda teria uma contradição fundamental a resolver. Para Nelson Werneck, os produtores de café seriam senhores feudais, representantes do arcaísmo que precisaria ser eliminado. Para tal, o nacionalismo deveria ser utilizado como ferramenta de libertação. Ele teria o papel de pôr fim às reminiscências do feudalismo neste país, tal como teria feito nos países europeus durante a Idade moderna. A missão do Nacionalismo no Brasil seria a de formar um arranjo de classes a partir do interesse comum de encerrar o jugo colonial imposto ao Brasil. Os inimigos desta coalizão seriam aqueles que acreditavam que o Brasil só poderia se desenvolver com ajuda alheia, e, por isso, defenderiam a manutenção do

6 O texto é reprodução da aula inaugural dada no ISEB em 1958,

7 O recorte é o mesmo presente no livro publicado em 1962 *Formação histórica do Brasil*, que é resultado do curso de História do Brasil que o autor lecionava no ISEB.

quadro de relações feudais ou semif feudais. Em sintonia com o projeto defendido pelos demais intelectuais do ISEB, Nelson Werneck pleiteava uma “[...] composição nacional que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe [...]” (SODRÉ, 1963, p.182), para que o Brasil pudesse atingir o seu desenvolvimento.

Em *Quem é o povo no Brasil?*⁸ (SODRÉ, 1963), Sodré dedicou-se à compreensão do povo e seu papel na revolução brasileira. A obra consiste em uma tentativa de dar historicidade ao conceito de povo no Brasil, analisando seu conteúdo no decorrer da história do país, porque, segundo o autor, o conceito de povo estaria sendo usado de maneira imoderada, pois todos queriam se confundir com ele para passar seus interesses como interesses gerais. Em outras palavras, o livro é uma história de um conceito politicamente orientado, a fim de compreender o que preenche tal categoria essencial no vocabulário político moderno no Brasil. Para Sodré, os trabalhadores seriam a massa principal do povo, mas, no Brasil, povo não compreenderia somente o trabalhador, de mesmo modo, o conceito não poderia ser só definido economicamente, mas historicamente, de acordo com a situação encontrada em determinado momento histórico.

O autor pressupunha uma distinção entre povo e população. O segundo consistiria da massa dos habitantes de um território. O primeiro, por outro lado, é conceituado por Nelson Werneck como “[...] o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive” (SODRÉ, 1963 p. 191). O Povo seria um agrupamento de classes no qual o arranjo dependeria do momento histórico vivenciado. Ele também não deixa de afirmar que “[...] só é nacional o que é popular” para enfatizar que em sua concepção os interesses do povo são o próprio interesse da nação em determinado momento da história. Partindo desta conceituação geral, o autor monta sua divisão da história do Brasil em três etapas para ver o que é povo em cada uma delas. Na colônia, não teria existido o povo, pois não existiriam condições materiais efetivas para essa tomada de consciência. Na independência o povo era composto por todas as classes, porque a tarefa progressista imposta era o fim da condição colonial. Já na república, o necessário era liquidar o império. Nesta fase da História, o povo seria constituído por setores da burguesia e do proletariado, deixando de ter a classe latifundiária como componente. Contudo, a Política dos governadores cumpriria o papel de fazer um arranjo entre setores da

8 O texto foi publicado originalmente em 1962 como a segunda edição dos Cadernos do Povo Brasileiro e depois republicado em *Introdução à Revolução brasileira* como a parte referente à Revolução popular.

classe dominante para impedir a participação política do povo, dando poder aos grandes proprietários de terra.

A etapa seguinte seria a que Nelson Werneck Sodré percebia como ainda em curso na segunda metade do século XX: a Revolução brasileira. O povo, composto pelo campesinato, o proletariado e por setores da burguesia comprometidos com o interesse nacional e anti-imperialista, precisaria liquidar a classe latifundiária e suas relações com o imperialismo. O autor não considerava o uso da violência como algo necessário neste processo. O uso deste recurso dependeria de as classes dominantes deixarem a revolução se cumprir por um caminho político institucional ou não. Com esta revolução, haveria uma substituição da classe dominante: os defensores do arcaísmo na sociedade brasileira seriam derrotados e as forças nacionais sairiam vitoriosas. O país poderia, então, se libertar do feudalismo representado pelos latifundiários e do jugo imperialista que lhes interessava. No final da segunda parte de seu texto, Sodré define o conteúdo da revolução:

Em termos políticos: trata-se de uma revolução democrático-burguesa, mas de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução. As possibilidades de operar o desenvolvimento material e cultural do Brasil para proveito apenas da burguesia estão encerradas. (SODRÉ, 1963, p. 210)

A partir do pensamento do autor é possível extrair também um conceito utópico de povo, que deve ser associado à sua postura política de comunista. Nelson Werneck Sodré defendia nos anos 1950 e 1960 um tipo de revolução burguesa para o Brasil. Com o movimento da História, viria o momento em que o povo se confundiria com os trabalhadores, sendo finalmente possível uma revolução de tipo comunista no Brasil. Porém, esta só poderia ocorrer depois de superada a etapa feudal e avançada a capitalista.

Somando-se a crítica aos latifúndios com a emergência de um povo autoconsciente de seu papel, Nelson Werneck Sodré vislumbrou em sua época a necessidade de efetivar uma revolução que desde 1930 viria se intensificando. Este diagnóstico não existia apenas nesse autor: a Revolução brasileira foi de fato tema de discussão de inúmeros acadêmicos por esta época. No entanto, ainda assim parece válido analisar como a ideia aparece em sua obra e como ele a preenchia de conteúdo.

Nelson Werneck Sodré dedicou uma obra especificamente a este tema: *Introdução à Revolução Brasileira*. No entanto, grande parte dos textos já haviam sido publicados

anteriormente e os que eram originais se assemelham a resumos de obras maiores do autor. Porém, nos parece significativa a junção deles em um mesmo livro, pois todos consistiam em uma análise social, política e econômica da história do Brasil na qual a Revolução brasileira aparece como última etapa. O conceito de revolução que transpassa a obra é o de mudança radical nas estruturas de uma determinada sociedade, tendo como consequência substituição de uma classe dominante por outra. A passagem do Império para a república não se enquadraria dentro da categoria, justamente por não ter havido alteração no arranjo de classes. Cada processo revolucionário seria, para o autor, fruto da adequação das estruturas políticas às mudanças na base socioeconômica. Assim, a Revolução brasileira seria uma etapa da história do país na qual caberia ao povo (enquanto conjunto de classes nacionalistas e progressistas) encerrar a dependência do país para com o capital externo imperialista, assim como a proeminência dos latifúndios no mercado interno.

Dentro da concepção marxista da qual o autor advogava, não seria errado dizer que a Revolução brasileira consistiria em uma revolução burguesa. Como já foi desenvolvido aqui na discussão sobre o papel do povo, trata-se de um processo em que a violência é recurso, mas não é condição necessária para atingir o objetivo que se almeja. Buscava-se uma revolução burguesa, mas de tipo democrático. Nela, a parte da burguesia que participaria do processo não iria alienar os trabalhadores dos bens gerados após o processo. Dado que para Nelson Werneck Sodré este processo seria exigência de seu tempo, a revolução teria função tática. A estratégia adotada seria a de se esperar que no futuro outra revolução fosse necessária. Seguindo a lógica da filosofia da História marxista, não é absurdo pensar que se trataria de uma revolução comunista, feita pelos trabalhadores urbanos.

6. Conclusão: a Ideologia desenvolvimentista do ISEB

Em 1977, Hélio Jaguaribe publicou um texto⁹ no qual pretendia refletir sobre o ISEB quase 20 anos após sua saída. Segundo ele, a então recém-publicada tese de Caio Navarro de Toledo (1998) o teria reinserido na atmosfera dos anos 1950, o fazendo repensar aquela época. Jaguaribe conta que o IBESP foi uma iniciativa de dar alguma institucionalidade para as discussões feitas por um grupo de intelectuais cariocas e paulistas em Itatiaia. Também descreve que, com o tempo, as diferenças ideológicas entre os dois grupos teriam se

9 O título original do texto era “20 anos: breves reflexões sobre o IBESP e o ISEB”. A revista Insight inteligência republicou em 2016 o texto sob o título “Usina de altos estudos”.

tencionado, a ponto de se tornarem inconciliáveis. Então, o grupo carioca acabou por fundar o ISEB.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros teria acabado por se especializar em um centro de estudos dos problemas nacionais. A partir de uma perspectiva realista, sociológica e política, o estudo da realidade do país andaria junto com as inovações trazidas pelas ciências sociais, afim de dar solução para os problemas que se apresentavam à época. O intelectual sintetiza as teses políticas do ISEB em três pontos. O primeiro seria a defesa da ideologia nacional-desenvolvimentista como a mais adequada àquela fase histórica do Brasil, o segundo a necessidade de aliança entre setores progressistas da indústria para o desenvolvimento. Já o terceiro, seria a análise de que, na fase em que o Brasil se encontrava, as contradições entre as classes que compunham esta coalizão não importariam e a burguesia brasileira teria condições suficientes, de se tornar autônoma.

Dada tal síntese, não é sem motivo que Hélio Jaguaribe parece demonstrar certa irritação no seu texto com a tese de Caio Navarro de Toledo. O autor classificou-a o como um “trabalho de juventude” (JAGUARIBE, 2016, p. 88). O ex-iseabiano associa os erros de análise cometidos por Caio Navarro aos erros de sua perspectiva marxista, baseada no filósofo Louis Althusser. O que parece haver é um desencontro semântico entre o conceito de ideologia de Hélio Jaguaribe e de seu crítico. O segundo parece percebê-lo em uma concepção marxista clássica, de falseamento da realidade e ocultação das condições objetivas. O ISEB seria aparelho ideológico do Estado que reproduziria tal máscara superestrutural sob a sociedade brasileira. Jaguaribe retruca:

Fábrica de ideologias, o ISEB? O plural, desde logo, é incorreto. O ISEB se dedicou à análise e à discussão de uma só ideologia, o nacional-desenvolvimentismo. Pela originalidade e fluidez com que tratou seus temas, foi menos fábrica do que fonte. Algo de diametralmente oposto à divulgação mecânica e sectária de ideologias pré-fabricadas, de esquerda ou de direita, que naquele tempo, como hoje, é prática fácil, com muitos adeptos. (JAGUARIBE, 2016, p. 89)

Como este estudo tentou demonstrar, o conceito de ideologia que orientava a fundação e a continuidade da produção sociológica, histórica e política do ISEB não tinha origem em Marx, mas sobretudo, em Karl Mannheim e como ele definiu o conceito. Em passagem do autor, ele descreveu como entendia a Ideologia:

Todos os períodos da história contiveram ideias que transcendiam a ordem existente, sem que, entretanto, exercessem a função de utopias; antes eram as ideologias adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam “organicamente” e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período (ou seja, não ofereciam possibilidades revolucionárias). (MANNHEIM, 1986, p. 217).

Quando Hélio Jaguaribe diz que o ISEB se orientava por apenas uma ideologia, a nacional-desenvolvimentista, o autor estava definindo-a como aquele conjunto de ideias que almejavam adequar e sistematizar no plano intelectual o movimento histórico que estes intelectuais e atores políticos do ISEB viam como em curso desde 1930. Tal diagnóstico era comum a todos os autores, se enquadrando entre as teses do Instituto definidas por Jaguaribe.

O próprio autor deixa isso claro em seus textos isebianos. Em *O problema desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (JAGUARIBE, 1958c) ele afirmou que seria preciso:

[...] elaborar uma formação ideológica que, correspondendo às necessidades efetivamente experimentadas pelo país em face do seu estágio faseológico, da sua atual estrutura-tipo e do interesse das diversas classes, seja capaz de mobilizar estas diversas classes neste mesmo sentido, carregando-se assim, de apelo popular. (JAGUARIBE, 1958c, p. 56 e 57)

Na palestra que deu origem ao livro *Condições institucionais do desenvolvimento* (JAGUARIBE, 1958a), Jaguaribe destacou o papel ativo dos intelectuais do ISEB na formação desta ideologia:

Acredito que experiências como a que estamos aqui realizando no sentido de esclarecer a problemática brasileira e elucidar os requisitos de que depende o desenvolvimento econômico, constituem exatamente um meio de dar execução prática ao imperativo a que acabo aludir, de formar correntes de ideias e interesses suficientemente poderosos para transformar, no sentido do desenvolvimento, as condições institucionais do nosso país. (JAGUARIBE, 1958a, p. 53)

No projeto político aqui estudado, o desenvolvimento não era percebido como incompatível com a democracia. Os três autores aqui analisados entendiam a participação popular nos processos políticos como fundamental. Era compreensão comum a estes intelectuais que parte essencial do processo de desenvolvimento do Brasil se fazia pela

distribuição de recursos. Mesmo Hélio Jaguaribe, defensor da burguesia como classe responsável pelo desenvolvimento, destacava a importância da democracia:

No plano das nossas relações sociais, esses fenômenos de estrangulamento se apresentam em termos de permanência, além do período em que historicamente ainda eram compreensíveis, dos privilégios de classe, que tendem a enquistar-se em determinados sistemas de resistência e dificultam a horizontalização da democracia brasileira, suscitando, ademais, um fenômeno extremamente grave, que é o parasitismo social.” (JAGUARIBE, 1958a, p. 17)

Em Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré este aspecto fica mais óbvio, uma vez que os dois radicalizam   esquerda as teses nacional-desenvolvimentistas de Jaguaribe. Para eles, não são a democracia seria fundamental para o desenvolvimento do país, mas o povo era a classe (agora vista como) revolucionária que realizaria tal processo, afim de que seus interesses sejam garantidos.

O golpe de 1964 fechou o ISEB e os militares encerram a poliss mia dos conceitos de desenvolvimento e de nacionalismo, dando a eles sentido antidemocrático e conservador. Mas, estudar os intelectuais do ISEB mostra que existiam outros projetos de desenvolvimento do Brasil que foram apagados nas mais de duas décadas que se sucederam. Vale a pena retomar estes autores, suas teses e seu método de interpretar o seu país para, além de perceber seus anacronismos, pensar sua atualidade para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Martins de. *Brasil errado: ensaio político sobre os erros do Brasil como país*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1932.

ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imagina o anticolonial*. Campinas: UNICAMP, 2014.

AZEVEDO, Ariston. *A sociologia antropoc trica de Guerreiro Ramos*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC. 2006.

BARIANI, Edison. Certidão de nascimento: a redu o sociológica em seu contexto de publica o. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 15-27, jan.-abr. 2015.

BEVIR, Mark. *A lógica da história das ideias*. São Paulo: Edusc, 2008.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista, 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Edipro, 2014.

CAMPOS, Luiz Augusto. “O negro é povo no Brasil”: afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 91-111, Jan./Abr. 2015.

CUNHA, Paulo. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*, São Paulo: FAPESP, 2002.

DEL ROIO, Marcos. A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 73-134.

DÓRIA, Carlos Alberto. O Dual, o Feudal e o Etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, João Quartim. *História do marxismo no Brasil*, vol. 3. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 245-298.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Boitempo, 1997.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GRESPLAN, Jorge. O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 135-150.

JAGUARIBE, Hélio. *Condições institucionais do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura, 1958.

_____. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura, 1958.

_____. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. 2 ed. São Paulo: Fórum Roberto Simonsen, 1958.

_____. “Usina de altos estudos”. *Insight inteligência*. Rio de Janeiro, n. 75, out-nov-dez 2016. p. 81-90.

JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In: *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo, vol. 20, n. 87, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006

LENIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* S.d. Disponível em:
<https://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>

LENINE, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Lisboa; Moscovo: Avante; Progresso, 1984.

LOVATTO, Angélica. O pensamento de Nelson Werneck Sodré no Cadernos do Povo brasileiro. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 313-326.

_____. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*. São Paulo: xamã; Arte escrita, 2010.

LOWY, Michel (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: Conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19. Brasília, jan.-abr. 2016, p. 75-119.

_____. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica. *Revista Dados*, v. 56, n. 4. Rio de Janeiro, 2013. p. 727-766.

_____. Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, jan.-abr. 2015.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). *Introdução à Sociologia Rural*. São Paulo 1981.

_____. *Ideologia e Utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1976.

MARRRECA, Pedro Paiva; CANNONE, Helio. Nacionalismo Periférico no Pensamento de Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré: História, Política e Epistemologia. *9º Congresso Latino-americano de Ciência Política*. Montevideú, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. 8. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A assim chamada acumulação primitiva de capital. In: *O capital: crítica da Economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MORAES, João Quartim. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 47-88.

_____. Concepções Comunistas do Brasil Democrático: Esperanças e Crispações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim. *História do marxismo no Brasil*, vol. 3. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 197-244.

_____. O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência. In: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: UNICAMP, 2000, p. 161-228.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 245-264.

ORTEGA Y GASSET, José. *Historia como sistema*. S.d. Disponível em: <http://www.hermanotemblon.com/biblioteca/Literatura%20en%20General%20Ortega%20y%20Gasset%2C%20Jose/Ortega%20y%20Gasset%2C%20Jose%20-%20Historia%20como%20sistema.pdf>

PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 35-48.

_____. Crítica e autocrítica. In: *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 49-55.

_____. A dinâmica da sociedade política no Brasil. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 59-78.

_____. Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientado, de 1870 aos nossos dias. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 79-102.

_____. Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 103- 214.

_____. O tema da transplantação na Sociologia brasileira. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 271-290.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. Princípios do povo brasileiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, p. 225-256.

_____. Cinco princípios do trabalhador brasileiro. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960, p.257-262.

ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do tenentismo* 3. ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 133-156.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da Imaginação Política Brasileira. *Revista Dados*, n. 7. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Lígia Osório. A “herança colonial” e as lições da história em Nelson Werneck Sodré. In: CABRAL, Fátima; CUNHA, Paulo Ribeiro da (Orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o saber e a pena*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 103-134.

SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.

_____. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: avenir, 1978.

_____. Elaboração da cultura nacional. In: *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 115-142

_____. *Formação histórica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: brasiliense, 1967.

_____. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. São Paulo: Cultura brasileira, 1940.

_____. *Orientações do Pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.

_____. Raízes históricas do nacionalismo brasileiro. *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 165-186.

_____. Quem é o povo no Brasil? *Introdução à revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963, p. 187-226.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

TOLEDO, Caio Navarro de *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: UNICAMP, 1998.

TORRES, Alberto. *Problema Nacional Brasileiro*. Fonte Digital ebooksbrasil.com, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Alberto%20Torres-1.pdf>>

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5ª ed, 1952.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.